

## INADAPTAÇÕES NA FRONTEIRA DA INFORMALIDADE: FAVELAS E CONJUNTOS

**Tales Lobosco**

UFMG, Escola de Arquitetura  
Belo Horizonte, MG

\* Este artigo foi originalmente publicado no IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano Habitação Social: ciência e tecnologia “Inovação e Responsabilidade”.

**RESUMO:** A favela não deve ser entendida apenas como um núcleo de concentração da pobreza urbana, seu modo de produzir o espaço, baseado em determinações e condicionantes localmente elaboradas, flexibilizando o padrão formal de modo a possibilitar e maximizar suas possibilidades de existência no espaço urbano da cidade. Esta condição define um espaço com práticas e representações espaciais específicas que são frequentemente ignoradas nos processos de urbanização desenvolvidos nas favelas brasileiras. O que defendemos neste artigo é que esta inobservância é, em grande parte, responsável pela inadaptabilidade entre as propostas elaboradas e as práticas urbanas destas populações, situação que provoca, em última instância, resultados desapontadores nestas intervenções.

**PALAVRAS-CHAVE:** Favela; Produção do Espaço; Modernidade; Urbanização.

**MISADAPTATIONS AT THE BORDER OF  
INFORMALITY: SLUMS AND SETTLEMENTS**

**ABSTRACT:** The slums should not be taken as just an issue of urban poverty concentration. Their particular way of producing its space, based on locally defined parameters and determinations improves the flexibilization of formal patterns, allowing and maximizing their possibility and conditions of existence on the urban space. This situation determines a kind of space, with specific spatial practices and representations which has been systematically ignored on the urbanization processes developed on Brazilian slums. This article states that the inobservance of these particularities has great responsibility on the inadaptation between the urbanistic proposals and the expectations of those dwellers. Reason of the frequent disappointing results achieved on these interventions.

**KEYWORDS:** Slums; Production of space; Modernity; Urbanization.

Este trabalho se propõe a pensar a urbanização da favela se afastando da interpretação habitual baseada em um núcleo de pobreza urbana que se distingue da cidade por sua precariedade econômica e social. O esforço que empreendemos se faz no sentido de tentar compreender sua lógica específica, nos aproximando de uma estrutura que não deve ser entendida como uma simples

imitação, deficiente e imperfeita, da cidade e nem assumida como partilhando, sem questionamentos, das características e valores simbólicos desta.

É esta fissura, e não a precariedade econômica e estrutural, que produz as maiores tensões e, deste modo, condena ao fracasso grande parte das tentativas de intervenção urbanas neste universo.

Não pretendemos afirmar a dissociação destes fatores, mas sim que a condição de precariedade econômica e a segregação social definiram um padrão de habitação na cidade que permitiu o desenvolvimento de um modo característico de representar, praticar e produzir o espaço, no qual a favela se estabeleceria como possibilidade habitacional organizada na informalidade e marcada pela flexibilidade, que lhe é, ao mesmo tempo, característica e necessidade.

As pesquisas, realizadas nas favelas Santa Marta e Babilônia, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro-RJ e na área de Novos Alagados, no Subúrbio Ferroviário de Salvador-BA, nos permitiram compreender, através da leitura das práticas cotidianas de produção do espaço empreendidas por seus moradores, como o espaço urbano e social das favelas é produzido e transformado. As táticas e práticas urbanas inicialmente, postas em prática para superar uma inserção deficiente na estrutura urbana e amenizar a precariedade socioeconômica, ao se reproduzirem continuamente estruturaram o padrão local de produção espacial baseado em regras tácitas e específicas que permitem a existência de um espaço mais adaptado às condições de informalidade urbana, jurídica e econômica.

Neste movimento, geraram um espaço que possui valores simbólicos, padrões construtivos e econômicos que se distanciam a tal ponto da estrutura difundida no espaço urbano formal que chegam a alterar a relação de “descontextualização” que a modernidade trouxe para nossas cidades, marcada através de uma situação de “desencaixe” (GIDDENS, 1991).

Neste trabalho buscaremos analisar as condições que promovem as inadaptações, percebidas entre os projetos urbanísticos estatais e a realidade das práticas urbanas e percepção espaciais de tais locais. Tais situações são, em grande parte, expressas pela condição de “reencaixe” (LOBOSCO, 2011) existente nas ocupações informais que dificulta a aceitação, ou transforma o padrão de aceitação, das interferências produzidas por projetos urbanísticos baseados na construção de unidades habitacionais convencionais.

## **1 | O PROCESSO DE “DESENCAIXE” NAS ESTRUTURAS URBANAS FORMAIS**

Em meio às condições de instabilidade e dinamismo que a modernidade proporcionou, na qual, os principais aspectos da vida cotidiana precisam articular práticas locais que se conectam de maneira direta a relações sociais globalizadas, a condição de descontextualização expressa esta relação onde espaços de convivências

e integração, tanto materiais como simbólicos, não se reduzam ao aqui e agora: “ao mesmo tempo que confere maior margem de escolhas, maior flexibilidade nas relações, mais referências identitárias, acrescenta simultaneamente, mais insegurança, mais riscos e mais responsabilidade” (SETTON, 2002, p.68). Os mecanismos de desencaixe seriam capazes de retirar a atividade social de seu contexto localizado de interação, reorganizando as relações sociais através de grandes distâncias tempo-espaciais. Desta forma, Giddens (1991) descreve dois tipos de mecanismos responsáveis pela produção dos desencaixes intrinsecamente envolvidos no desenvolvimento das instituições sociais modernas: a criação de fichas simbólicas e o desenvolvimento de sistemas peritos. “Ambos os tipos de mecanismo de desencaixe pressupõem, embora também promovam, a separação entre tempo e espaço como condição do distanciamento tempo-espaço que eles realizam” (GIDDENS, 1991, p.36).

Segundo Giddens, fichas simbólicas são os meios de intercâmbio “que podem ser ‘circulados’ sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular” (1991, p.30). Entre os meios de “comunicação circulante” podemos listar o poder e a linguagem (PARSONS 1991 e LUHMANN 1979), ainda que estes não sejam tão significativos quanto o dinheiro, por sua enorme eficiência na produção de desencaixes. Capaz de substituir o conteúdo dos bens e serviços por um padrão impessoal que permite que se troque “qualquer coisa por qualquer coisa”, o dinheiro produz um meio de troca que conecta bens e pessoas sem quaisquer qualidades substantivas em comum e permite, por ser capaz de conectar crédito e dívida, a elaboração de transações desconectadas, efetuadas entre agentes separados no tempo e no espaço (GIDDENS, 1991).

Esta relação assume um aspecto ainda mais acentuado com o processo de “desmaterialização” do dinheiro, que se torna independente dos meios pelos quais ele é representado, permitindo que tome a forma de pura informação expressa por um computador (GIDDENS, 1991), assim como por sua sublimação através das diversas formas de mecanismos financeiros, de investimento e crédito.

As relações econômicas dependem de uma sólida estrutura de confiança, entretanto, no estabelecimento das fichas simbólicas esta relação explicita sua condição “desencaixada”, pois não é mais nas pessoas, com as quais as transações específicas são efetuadas, que se deposita a confiança, mas no dinheiro em si: “qualquer um que use fichas monetárias o faz na presunção de que outros, os quais ele ou ela nunca conhece, honrem seu valor” (GIDDENS, 1991, p.34).

O dinheiro, pode-se dizer, é um meio de retardar o tempo e assim separar as transações de um local particular de troca. Posto com mais acurácia, nos termos anteriormente introduzidos, o dinheiro é um meio de distanciamento tempo-espaço. O dinheiro possibilita a realização de transações entre agentes amplamente separados no tempo e no espaço (GIDDENS, 1991, p.27).

Da mesma forma, quem deposita sua confiança nos sistemas peritos - como é

chamado por Giddens o conjunto de práticas e conhecimentos específicos, elaborados nas áreas de especialização profissional, como a engenharia, medicina ou economia - em que esteja envolvido, não o faz em relação específica aos profissionais responsáveis, mas sim através da certificação do conhecimento que eles aplicam. Assim, ainda que não conheça os profissionais envolvidos no projeto ou construção de uma estrutura arquitetônica, ou sequer os processos e parâmetros, segundo os quais, elas foram elaboradas e construídas, confiamos na estabilidade dos prédios, nos quais passamos grande parte de nossas vidas, pela legitimação e respeito que a sociedade confere à estrutura de validação e do conhecimento específico. Esta confiança, nos sistemas peritos se pauta na aceitação de parâmetros completamente opacos à maior parcela da população, assim, o desencaixe promovido pelos sistemas peritos e pelas fichas simbólicas acontece ao se remover as relações sociais das imediações de contexto: “A conduta passa a ser baseada em conhecimentos com origem em discussões das quais os sujeitos não participam e nem teriam condições de participar” (SETTON, 2002, p.67).

## **2 | TENSÃO NA ESTRUTURA “REENCAIXADA” DAS FAVELAS**

Estes movimentos, entretanto, parecem experimentar uma situação distinta nas favelas, onde sua capacidade de difusão esbarra nas particularidades deste espaço. Podemos constatar ali que a organização alternativa da estrutura socioespacial foi capaz de reescrever o processo de desencaixe, alterando profundamente a sua estrutura.

### **2.1 Informalidade x Sistemas Peritos**

A informalidade, que, de certo modo, desobriga ao recurso a profissionais especializados para a adequação a normas jurídicas, construtivas, urbanas ou econômicas, ao mesmo tempo, aliada a precariedade econômica, que torna este acesso proibitivo devido aos custos envolvidos se escreve profundamente no território da favela, a ponto de a própria compreensão destes processos e de sua legitimidade ser afetada. Neste processo, podemos perceber que o vazio deixado pelo Estado distancia a população local, e o processo de produção espacial empregado ali, da acessibilidade às estruturas de legitimação e formalização do conhecimento perito.

Assim, a relação de confiança, tradicionalmente depositada nos sistemas peritos, não se estabelece através da aceitação da legitimidade de um conhecimento restrito e hermético, mas assume ali o aspecto de uma relação mais direta e próxima, baseado em um histórico de aprendizado coletivo, fundado na experiência empírica, reproduzida cotidianamente.

O padrão aqui é este, o que dita é a necessidade aqui, então assim que cobriu,

muda pra dentro. Às vezes as pessoas não têm pra onde ir, então, quando a invasão é uma chance, faz um barraquinho, cobre e pronto. Depois vai melhorando. A maioria das pessoas aqui constrói a casa com a família dentro mesmo. [...] E quem constrói são os próprios moradores, que vão aprendendo aqui e ali, se não sabem perguntam, quando podem até pagam alguém pra fazer, mas é gente daqui mesmo, que também aprendeu assim (Jonas, morador de Novos Alagados).

Se, por um lado, o conhecimento é validado no resultado prático de seu trabalho, a localidade forma e difunde uma reputação a respeito de cada trabalhador, que é o que efetivamente “certifica” seu conhecimento técnico no local. Por outro lado, este conhecimento é construído através do conjunto das experiências individuais e realimentado pela avaliação cotidiana do seu resultado. Ainda que seja inegável a parcela deste conhecimento que é inserida neste sistema, trazida pelos operários da construção civil que habitam o local, sem o conhecimento técnico necessário, este processo se baseia em um procedimento de “imitação” das técnicas e padrões construtivos que precisam ser validados na experimentação in loco, onde, por tentativa e erro, vão se construindo os parâmetros que balizarão as novas construções.

Depois, depois ele foi comprando os materiais... aí foi levantando a casa, ajudando gente, aí depois a casa não tinha jeito as paredes caíam inteirinhas, Eu falei: Meu Deus que eu vou fazer? Mas não teve jeito, tivemos que fazer tudo de novo, um ou outro nos mostrava como fazer, e conseguimos, fizemos a casa, copa, sala, cozinha, dois, três quartos, um banheiro, cozinha e depois fez uma puxada pra... fez um varandão lá nos fundos e botou cerâmica nas paredes. Isso tudo com a gente morando dentro da casa, a gente não tinha outro lugar para ir (Valdenira, moradora do Santa Marta - Beco do Jabuti).

Este processo estabelece a definição de regras e padrões, dos quais, muitas vezes, não se conhece profundamente a fundamentação teórica, entretanto, seu funcionamento, comprovado pela prática diária, ao mesmo tempo em que é legitimado através de um conhecimento socialmente partilhado e entendido como lógico, eficiente e justo.

O solo aqui é ruim, se você vai construir térreo mais um, precisa cavar três latas pra fundamento, se for térreo e mais dois, tem que cavar quatro latas (Alexinaldo, morador de Novos Alagados).

Assim como ocorre com as obras em alvenaria da construção civil, a grande proximidade entre a esfera de elaboração dos parâmetros e referências utilizados nas estruturas informais elaboradas in loco e sua efetiva aplicação prática, confere uma aplicabilidade imediata ao direito alternativo e a interpretação informal das relações e obrigações urbanísticas. Procedimentos construídos com o suporte das noções de justiça, necessidade, conhecimento prático e experiência.

Com a reprodução cotidiana e prolongada deste processo se estabelece e internaliza um padrão de produção, e conseqüentemente de percepção, deste espaço que, além de distinto, apresenta certa dose de desconfiança e inadaptabilidade frente

às construções executadas segundo os preceitos do conhecimento perito, quando este destoa do conhecimento acumulado na experiência prática, largamente reproduzida no local:

Aqui eles botaram uns arames no chão, depois vieram, com um... chamam de esteira, depois botaram um plástico preto, disseram que era pra não correr, e aí botaram o concreto, que aquela máquina faz... com brita, tudo. Mas não aguenta laje não, de jeito nenhum. Se eu tiver de botar uma laje aqui vou ter que quebrar tudo isso e fazer fundamento, vai ter que seguir dois metros e meio, se quiser botar assim, no máximo uma casa em cima, se botar mais uma e mais outra tem que seguir três metros, porque aqui era maré (Sra. Isodélia, moradora de Novos Alagados).

As pequenas unidades, em um padrão construtivo distinto do praticado no local e elaborado segundo uma técnica não dominada pela construção informal, estabelece uma tensão, através das pressões simultâneas, fruto da necessidade de ampliação espacial imediata e da dificuldade técnica de execução de obras no embrião. Esta situação promove em Novos Alagados uma grande desconfiança frente às moradias executadas pelos programas de urbanização do estado, em grande parte decorrente de intervenções malsucedidas, promovidas por moradores, devido a esta incompatibilidade de procedimentos. Frente às dificuldades enfrentadas por estes, em alguns casos extremos chegamos a encontrar moradores que demoliram completamente a casa original para construir uma maior, com as técnicas difundidas localmente.

No mesmo sentido, as relações jurídicas e o “direito urbanístico” da favela parecem se organizar segundo uma estrutura similar de proximidade e parâmetros, desenvolvidos localmente. Elabora-se, assim, um padrão de enfrentamento dos problemas e conflitos através de soluções pautadas pelo “senso comum” de justiça e ordenamento espacial. Esta situação, além de fortalecer a percepção de um espaço gerido localmente, com regras voltadas ao atendimento direto dos interesses dos moradores, se distancia da sujeição hermética a urbanistas, juristas e administradores públicos. Ainda que possamos questionar o real atendimento aos interesses comuns, quando os próprios moradores frequentemente reconhecem uma queda na qualidade do espaço comum, fruto da busca pela maximização das condições individuais dos moradores.

“Aqui não tinha tanta casa, era mais espaçoso. Com o tempo estas casas foram tomando o espaço que tinha, isso era espaço da gente, hoje virou um caminhozinho espremido, não serve mais pra nada. Mas as pessoas precisam de espaço, né? Se precisam e está aí, vão usar mesmo, não vão ficar apertadas em casa com espaço aqui fora [...] foram fazendo sem perguntar nada, sem pensar que estavam tomando todo o espaço e algumas casas são tão grandes, será que precisava mesmo isto tudo?” (Dona Nadir, moradora da Babilônia).

A aparente desorganização do tecido informal, ainda que apresente grande precariedade de acessos, ventilação, insolação e espaços livres de edificações,



esconde uma lógica interna pautada pelo aproveitamento máximo do terreno e dos recursos empregados, produzindo uma grande flexibilidade espacial que garante a estruturação de uma hierarquia interna que proporciona relações de gradação entre abertura e fechamento permitindo a elaboração de marcos delimitando esferas de intimidade e abertura.

A produção do urbanismo estatal desenvolvida nestes espaços, desconectada do padrão tradicional de tecido urbano, que se estrutura em ruas e quadras, se elabora segundo uma composição geométrica, desenvolvida através de espelhamentos e articulações não lineares, dissociadas tanto da topografia do terreno quando de suas conexões com o tecido original, organizam pequenos espaços não hierarquizados, difundidos ao redor das edificações (Figura 1).



Figura 1 - Conjunto Boiadeiro à época de sua construção em Novos Alagados.

Foto do autor

Esta estrutura parece gerar uma dificuldade de rearticulação das relações tradicionais de hierarquia e vizinhança, deslocadas através de um fluxo de pedestres que pode assumir diversas configurações distintas, entretanto, podemos perceber, ao mesmo tempo, o surgimento de articulações e possibilidades distintas.

Esta configuração dá certa insegurança, se você entra no conjunto Nova Primavera hoje, você não sabe onde é beco, você não sabe onde é rua, você não sabe onde é o acesso. Então, ficou um negócio assim muito ruim né? Na rua você tem maior controle, você vê em linha reta, você tá vendo todo mundo, tudo o que acontece. E esse negócio de muita entrada, muita saída, lá é beco, do outro lado é rua, ali parede... então, você, na verdade, não vê o que tá ocorrendo (Jerri Uilson,

A padronização imposta pelos conjuntos, através da reprodução sequenciada de formas e cores não apenas impede a reprodução das hierarquias espaciais locais, como proporciona o surgimento de um movimento de resistência, através do qual, as transformações, realizadas na unidade original, exprimem a necessidade de produzir certa diferenciação, e de imprimir traços pessoais, a um imóvel produzido em série. Esta relação parece ser agravada pelas restritas dimensões e pela baixa qualidade construtiva das unidades que reforçam a percepção de que a produção de “habitação para pobres” não precisa ser bem-feita.



Figura 2 - Híbrido favela-conjunto.

Foto do autor

A configuração espacial não hierarquizada dos conjuntos estatais é percebida aos olhos das práticas e da produção espacial informal como espaços desperdiçados e desprovidos de sentido próprio. A lógica de maximização do aproveitamento dos recursos interpreta os espaços vazios intersticiais, por não estarem vinculados a uma funcionalidade clara e específica, seja de circulação, lazer ou serviços, como destituída de função. O que, associado ao seu estatuto jurídico, que oscila entre coletivo e público, e as pressões por moradias e por aumento do espaço interno



nas moradias existentes temos não apenas avanços e expansões pontuais, mas uma generalização de tal processo, a ponto de encontrarmos sobre estes espaços intersticiais, originalmente livres de construções, unidades independentes e até mesmo conjuntos de unidades sobrepostas à maneira de um novo bloco (Figura 2).

Este processo, ao dar vazão ao movimento de expansão das unidades, alterou consideravelmente as características formais originais dos conjuntos, criando um híbrido, resultante do processo de produção espacial flexível, típico da lógica informal, implantado sobre uma estrutura originalmente regular e padronizada.

## 2.2 Informalidade x Fichas Simbólicas

Do mesmo modo que os sistemas peritos apresentaram uma difusão restrita no espaço informal das favelas, as fichas simbólicas também apresentam dificuldades em se desenvolver com a mesma autonomia que o fizeram nos espaços da formalidade econômica e urbana. As transações econômicas nas favelas, ainda que sejam trocas baseadas no dinheiro, são amparadas por relações de crédito e de confiança localmente geridas, com uma flexibilidade que só é possível quando as condições da garantia informal, ocupando o espaço deixado vago pelas estruturas formais, se estabelecem através de relações de lealdade-confiança, estruturadas a partir das redes sociais e de parentesco inscritas no território.

Assim, a confiabilidade garantidora do funcionamento da cadeia de negociações, especialmente as imobiliárias, se estabelece através de uma expectativa de reciprocidade que não é depositada em instituições de crédito ou legais, mas em uma estrutura elaborada e consolidada ao longo do tempo, através das relações interpessoais de apoio, que se desenvolvem em redes que se inscrevem profundamente no território. Será através da estabilidade, da durabilidade e da distância entre os nós das relações que formam esta rede que a percepção dos riscos envolvidos é minimizada.

Em transações com valores mais elevados será o próprio vendedor, do imóvel, veículo ou eletrodoméstico, que promoverá o parcelamento do valor a ser pago, normalmente sem a incidência de juros. Superando, assim, a fraca inserção nas estruturas formais de crédito, entretanto exigindo uma inserção em redes informais, sem as quais dificilmente se logrará realizar a transação.

Desta forma, a confiança depositada nas estruturas da modernidade, seja nas fichas simbólicas ou nos sistemas peritos, se (re)desloca na favela assumindo uma posição que não as legitima totalmente, produzindo um funcionamento ambíguo e particular, que passa a ser estabelecida no conhecimento mútuo e no comportamento passado. Esta condição de “reencaixe” reelabora a concepção prática do direito, do mercado, dos sistemas peritos, das relações de garantia e propriedade que pode ser percebida na relação de seus moradores com a estrutura imobiliária, a ponto de alterar a percepção de valoração ou qualidade dos imóveis.

Com o pouco ou nenhum respaldo da estrutura de direito formal, que permite a descrição cuidadosa de frações, parcelamentos e partilhas, a percepção da propriedade, aqui, deve ser clara e nítida, e permitir ao olhar identificar seus limites e fronteiras de maneira inquestionável, fator também relacionado ao orgulho da produção das moradias, que normalmente passou por diversas etapas desde o barraco improvisado.

Morar na casa da gente é totalmente diferente do que pegar uma destas casinhas da Conder. É diferente a questão do orgulho, né? Porque eu tava lá no mangue, na casinha fincada na água, e hoje tô aqui [...] eu acho que é uma vitória, assim, né? A gente não podia comprar um terreno porque era caro. Tá certo que muitos tinham um casebre grande, na maré, a gente que vivia lá, mas vivia bem, entendeu? Mas estar aqui agora, com esta casa do jeito que está é uma vitória (Gilberto, morador de Novos Alagados).

Primeiro eu dormia no trabalho, porque trabalhava em casa de família, depois cheguei a ficar de favor, aí quando surgiu essa invasão aí, eu me meti aí. Como era invasão, qualquer um invadia. Era só ir chegando, fincando seus paus... Fui logo comprando o material, vinha lá do Uruguai arrastando pau, e fincamos os paus na água e fizemos um vãozinho. Coisa pequeninha, menor do que esta sala aqui, mas botei a cabeça pra dentro, porque viver de favor na casa dos outros não presta e de outra forma eu não tinha como morar. Isto aqui pra mim foi a solução, não é o ideal, mas é meu canto. Aí depois eu fui crescendo aos pouquinhos, fazendo o quarto, sala, cozinha, banheiro... Agora tenho uma casa boa (Celeste, moradora de Novos Alagados).

Neste sentido, dividir uma parede com o vizinho, que pode parecer completamente normal nas áreas formais das cidades brasileiras, principalmente em edifícios de apartamentos, é um dos fatores de maior reclamação a respeito da qualidade das construções de moradias estatais:

É uma ruindade essas casas, vou te dizer. Às vezes tem gente que quer comprar uma casa dessa e a pessoa deixa de vender porque tá colado com outra, aí a pessoa não quer, colado, não... É uma parede só, eu comprei porque estava precisando, e é aqui que eu vou vivendo. É colado, empilhado [...] em apartamento também é assim, mas eu nunca gostei de apartamento, nunca gostei (Maria de Lurdes, moradora de Novos Alagados - Conjunto Boiadeiro).

A sensação de “empilhamento” se soma a uma dificuldade de entendimento da propriedade, onde pode se ter a sensação de ser proprietário de apenas parte de uma casa, visto que a parede medianeira não lhe é completamente sua:

As casas eu gosto. Mas, eu acho errado o que a Conder fez. Casa com parede-meia é horrível, é péssimo isso aqui entendeu? Se eu bato um prego, ele vai achar que eu estou quebrando a parede dele. Morar numa casa que tem parede-meia dividindo com os outros é horrível, é péssimo (Leni, moradora de Novos Alagados - Conjunto Boiadeiro).

Deste modo, os blocos de apartamentos executados em favelas são frequentemente citados como focos de conflitos, insatisfações e são normalmente as

áreas mais susceptíveis à expulsão branca. Além de não se adequarem às expectativas locais quanto a individualidade da propriedade, são igualmente criticados pela falta de flexibilidade para expansões, que é um traço indiscutível das moradias em favelas (LOBOSCO, 2009).

Não apenas inadequados, estas construções são percebidas nestes locais como a marca do desperdício estatal, que ao construir distante da lógica individualizada e de aproveitamento de espaço e material, não apenas produzem moradias insatisfatórias como gastam para isto uma quantidade de recursos muito maior do que o necessário segundo os moradores locais (Figura 3).



Figura 3 - Intervenções estatais no Morro Santa Marta.

Foto do autor

Entretanto, se este padrão parece muito distante da lógica orgânica e adaptativa das favelas, está simbólica e esteticamente mais próxima da cidade formal, que aprova as construções através da imagem de um “ordenamento” das favelas. Esta proximidade torna tais edifícios os alvos primordiais de uma classe média baixa buscando alternativas com custos mais reduzidos para a moradia, desviando o foco das intervenções, que muitas vezes deixam de atender a população local para se

tornar uma possibilidade de moradia para classes de renda superiores (Figura 4).



Figura 4 - Intervenções estatais no Morro Santa Marta.

Foto do autor

### 3 | CONCLUSÃO

A intenção deste trabalho não é produzir uma defesa ou apologia do urbanismo e arquitetura das favelas, ignorando os graves problemas estruturais que se produzem no interior destas, pensamos sim, a possibilidade de aprender com seus acertos e entender os motivos de seus problemas.

Tampouco defendemos a possibilidade de se criar uma zona de ampla permissividade urbana, onde, em nome do atendimento social, abolem-se as normas e controles urbanísticos, produzindo um segmento de cidade no qual se permite que a produção do espaço urbano, destinado à moradia e aos serviços locais, se desenvolva segundo suas próprias forças internas em desalinhamento com o interesse comum da cidade e em contraste com o resto da cidade.

O que defendemos, na verdade, é a necessidade de se entender que, apesar da necessidade de atendimento a grandes contingentes, que deve ser uma meta de desempenho e não uma desculpa para a baixa qualidade dos projetos, a habitação de interesse social não precisa ser homogênea repetitiva, retilínea e massificada. Com as favelas podemos perceber que a personalização, a solução mais individualizada, adaptada ao terreno, à família e às condições socioeconômicas dos habitantes pode produzir resultados com excelente aproveitamento dos recursos disponíveis.



Propomos, em última instância, que, qualquer projeto de intervenção destinado a estas áreas deve entender que a sobrevivência e a adaptabilidade às condições precárias de existência criaram padrões distintos de produção e prática espacial que devem ser respeitados e levados em consideração nos projetos de intervenções nestas áreas.

## REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

DEFFNER, Veronika. **Geografia da desigualdade social**: uma perspectiva de geografia urbana crítica apresentada a partir do exemplo da produção social da favela em Salvador-BA. In: GeoTextos. Salvador: UFBA, v.6, n.2, 2010. p. 115-137.

FISKE, John. **Popular forces and the culture of everyday life**. In: Southern Review. Louisiana: LSU, v.21, n.3, 1988. p. 288-306.

FRIDMAN, Luis Carlos. **A globalização e o desejo de segurança**. In: SILVA, Itamar (Org.). Rio: a democracia vista de baixo. Rio de Janeiro: Ibase, 2004.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000.

LOBOSCO, Tales. **Práticas urbanas e produção do espaço em ocupações informais**. In: GeoTextos. Salvador: UFBA, v.5, n.2, 2009. p. 25-48.

LOBOSCO, Tales. **A favela como reação à “descontextualização” da modernidade**: práticas cotidianas e adaptação tática. In: CODE 2011, Brasília - DF. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos: CODE 2011. CD-ROM.

LUHMANN, Niklas. **Trust and power**. Chichester: Wiley, 1979.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

PARSONS, Talcott. **The social system**. Londres: Routledge, 1991.

SETTON, Maria da Graça. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu**: uma leitura contemporânea. In: Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro: ANPEd, n.20, 2002. p. 60-70.